



# Anais da Assembleia

Nº 051

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 39.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1991.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pesutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço. (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Geraldo Cartário, José Afonso Júnior e Severino Félix (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei nº 139/91.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja conferido "regime de urgência", na apreciação do Projeto de Lei número 63/91, de acordo com o disposto nos artigos 132, parágrafo 2º, inciso XII, e 183, do Regimento Interno (Resolução 159/90).

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O "regime de urgência" a ser conferido ao Projeto de Lei nº 63/90, faz-se necessário em razão de que muitas categorias profissionais de servidores públicos estão prejudicadas em sua representatividade sindical em razão da falta de normatização do desconto em folha de pagamento das mensalidades das entidades sindicais representativas.

A Constituição Federal concedeu aos trabalhadores do serviço público o direito de ampla liberdade à sua representatividade sindical, inclusive com a previsão dos descontos em folha de pagamento das mensalidades destinadas à estruturação das entidades sindicais.

Cabe ao Parlamento instrumentalizar a classe trabalhadora daquelas condições mais ideais possíveis, visando à conquista de melhores condições de trabalho e salário.

Na sociedade brasileira de hoje, isso só é possível com a institucionalização da liberdade individual conquistada com o respeito à organização coletiva da classe trabalhadora, que passa, efetivamente, pela estruturação de suas entidades representativas fortes e estáveis.

O regime de urgência, atendendo o quanto antes esta reivindicação da classe trabalhadora, estará cooperando com a própria conquista da democracia em nossa sociedade.

REQUERIMENTO Nº 1038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 106/91, por vinte (20) sessões.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) JOÃO IENSEN.

Apoiamto: Orlando Pessuti, José Tavares, Cleiton Kielse e Dirceu Manfrinato.

REQUERIMENTO N° 1016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja marcada para o dia 21 de junho de 1991, às 15:00 horas a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Cláudio Lachini, de acordo com a Lei n° 9.581, de 19.02.91.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 1013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Pesar, pelo falecimento do Senhor Aristides Menck, ocorrido em 13 de maio do corrente ano, no Município de Arapongas-Pr.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: José Tavares

REQUERIMENTO N° 1018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Amadeu Bonacin, ocorrido no dia 11.05.91, no município de Andirá.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Amadeu Bonacin pertencia à tradicional família de Andirá.

Em 30 de maio de 1989, esta família originária da Itália da região Treviso completou 100 anos de Brasil.

Um dos seus ramos estabeleceu-se no Município de Andirá, quando ali tudo era mata virgem.

Enfrentando toda uma série de dificuldades próprias dos pioneiros, os Bonacin abriram estradas, venceram doenças, intempéries de toda ordem e fizeram crescer as primeiras lavouras de café no Norte Pioneiro.

Dessa luta participou Amadeu Bonacin, que deixou seu nome ligado as mais belas tradições da família em Andirá.

Assim, requer, que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 1015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, segunda, em 13.05.91

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata, de Voto de Congratulações ao povo e ao Governo de Maringá, pelo transcurso de 44° aniversário desse progressista município do Estado.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Prefeito da referida cidade, Doutor Ricardo Barros e ao Presidente da Câmara Marco Antonio Rocha Loures.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 1017

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM após ouvido o egrégio Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do trigésimo sétimo aniversário de entrada em funcionamento da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., (PETROBRÁS).

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

OVÍDIO CONSTANTINO,

DOUTOR ROSINHA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a Petróleo Brasileira S.A., é uma empresa que tem se caracterizado pela sua eficiência no trabalho de pesquisa, exploração, perfuração, produção e distribuição de petróleo, e ainda, na produção de fertilizantes agrícolas e em matérias-primas para a indústria química;

Considerando ainda, que no Paraná a Petrobrás tem feito grandes investimentos, sendo a REPAR, responsável por 10% do ICM arrecadado no Estado.

Pelo investimento de aproximadamente 500 milhões de dólares no projeto de exploração do xisto, no município de São Mateus do Sul, gerando atualmente mais de 1500 empregos diretos e indiretos. Com a implantação final deste projeto está previsto uma arrecadação de impostos na ordem de US\$ 7 bilhões/ano e "royalties" de US\$ 800 mil/ano, para o Estado do Paraná.

Face ao exposto acima, requeremos o voto de congratulações, bem como a manifestação de defesa do Monopólio Estatal da exploração do petróleo em nosso País e a manutenção dos investimentos na PETROBRÁS, por parte do Governo Federal e o recuo das intenções de privatização, pois a Petrobrás é um dos maiores patrimônios públicos do povo brasileiro.

Solicitamos da Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná que dê ciência do presente requerimento à Refinaria do Paraná- (REPAR), ao Presidente da Petrobrás S.A., e ao Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina.

REQUERIMENTO N° 1023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado agradecimentos à Editora Gazeta do Povo Ltda, e TV. Paranaense- Rede Globo, pela ampla cobertura ao Seminário Região Metropolitana de Curitiba-Urgente! realizado em 9 e 10 de maio próximo passado.

Solicita que deste requerimento seja dada ciência ao Senhor Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, mui digno Diretor Presidente da Editora Gazeta do Povo e TV Paranaense-Rede Globo.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Realizamos um Seminário com a presença de 700 (setecentas) pessoas onde cerca de 200 (duzentas), entre técnicos do governo e da iniciativa privada, além de políticos e membros da comunidade, reuniram-se em equipes procurando soluções aos problemas comuns da Região Metropolitana de Curitiba.

Seria de se esperar que todos os meios de comunicação dessem a cobertura noticiosa normal, quando da realização, fato que assim sucedeu.

Porém, a Editora Gazeta do Povo Ltda, e a TV Paranaense- Rede Globo, foram mais além:

a) envolveram-se no Seminário, não só noticiando-o, mas procurando como imprensa adulta e capaz salientar os principais blocos de problemas da RMC, anteriormente ao Seminário, colaborando de forma a incentivar mais pessoas para a discussão dos problemas metropolitanos.

b) entenderam a importância do tema, como necessidade social, sentindo que 2 milhões de pessoas, localizadas na RMC, devem ter um atendimento especial, pois tem problemas específicos e a busca das melhores soluções passa pelo envolvimento de todos na discussão.

Mencionar que colaboram com o Seminário, portanto, é pouco.

Como imprensa escrita e televisada foram, praticamente, co-patrocinadores do evento pois suas reportagens garantiram o sucesso do evento.

E, foram capazes de reunir todos os Prefeitos, Vereadores, Técnicos e autoridades em assuntos metropolitanos em torno do Seminário.

Portanto, é justo o agradecimento que esta Assembléia presta ao seu dirigente, considerando-o extensivo a todos os seus laboriosos funcionários.

REQUERIMENTO N° 1029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, representante do Partido Socialista Brasi-

leiro nesta Assembléia Legislativa, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja enviado ofício aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no sentido de que se forme Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguação da destinação das verbas do Fundo de Compensação de Variação Salarial e seja aprovado projeto de lei revogado a Lei 8177, que trata de alteração de critérios para pagamento das parcelas da casa própria do Sistema Financeiro da Habitação.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto Neo-Liberal coordenado pelo governo da União que conduz a inserção do Brasil como mão-de-obra barata na distribuição mundial do trabalho está massacrando a classe trabalhadora. O salário-mínimo praticado hoje no País, por imposição da política salarial injusta, não atinge 20% (vinte por cento) do valor que deveria ter para atender às atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, sendo verdadeiro fator de fomento da miséria nacional e do descrédito das autoridades político-administrativas.

Alegar que os salários contribuem para o crescimento da inflação é querer ludibriar o povo ou atestar ignorância sobre a realidade histórica da economia brasileira; pois, se assim fosse, há muito não existiria mais inflação no País, face ao tempo que os salários vêm sendo arrochados. Mas o governo, deliberadamente, insiste na tese; impôs congelamento de preços da indústria e do comércio - embora estes setores sejam dotados de suas "Câmaras Setoriais" para eventuais reajustes - e, inflexivelmente, congelou os salários da classe trabalhadora.

Ele próprio, porém, não cumpre o congelamento que instituiu: editou a Lei 8177 que estabelece os reajustes das prestações da casa própria do Sistema Financeiro da Habitação pela variação da poupança, com índices superiores à variação dos salários e do poder aquisitivo da classe trabalhadora.

No momento em que os trabalhos convivem com uma realidade de flagrante corrosão salarial e de total ausência de condições de instituir poupança, esgotando os míseros salários na cada vez mais inglória tarefa de sobreviver, o reajuste da casa própria pela TRD, que varia o índice da poupança, é um crime. A própria Lei 8177 é um crime.

Sem dúvida, a Lei é inconstitucional não só porque fere o ato jurídico perfeito expresso nos contratos de reajuste das parcelas pela equivalência salarial firmados por quase 6 milhões de mutuários, na sua maioria trabalhadores humildes que lu-

tam pela realização do sonho da casa própria para, honradamente, morarem com a família. A Lei é inconstitucional em razão de ir contra o desejo da maioria dos brasileiros - e o Judiciário já está sensível a este fato - bem como, ainda, por transgredir os objetivos fundamentais da República, expressos na Constituição, de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Não há liberdade, não há justiça e muito menos solidariedade com a imposição de reajustes de prestações que atingem índices de até mais de 500% (quinhentos por cento) a uma população tão sofrida.

Some-se a tudo isso a situação do Fundo de Compensação da Variação Salarial, um fundo constituído pelo pagamento mensal de todos os mutuários para quitação dos saldos devedores, cujos 21 milhões de dólares depositados são hoje mera escrituração contábil, sem lastro monetário, segundo denúncia das entidades ligadas à defesa dos interesses dos mutuários. Deputados federais e senadores já tomaram conhecimento dessa situação e avalia-se a possibilidade de esclarecê-la através de uma CPI, que seria o instrumento adequado do Legislativo para definir a destinação dada pelo governo e agentes financeiros à tal verba.

#### REQUERIMENTO N° 1030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER sejam oficiados os Senhores Presidente da República, Fernando Collor de Mello, Presidente do Senado Federal, Mauro Benevides, Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, aos Ministros da Economia, Márcilio Moreira, do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, e a todos os Prefeitos Municipais do Paraná, manifestando a DESAPROVAÇÃO deste Parlamento ao Projeto de Lei n° 826/91, que pretende bloquear o repasse das verbas do Fundo de Participação dos Municípios àqueles Municípios com dívidas junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

O governo federal causará a falência total dos Municípios brasileiros se tiver aprovado, na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o seu Projeto de Lei n° 826/91. Este projeto prevê o não repasse das verbas relativas ao Fundo de Participação dos Municípios àqueles Municípios em débito com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Na verdade, o governo pune as administrações por atos que os atuais Prefeitos não cometeram, uma vez que a dívida com a

Previdência Social, em alguns casos, perdura há mais de 20 (vinte) anos. Este projeto de lei não contempla os interesses da sociedade - que tem a sua vida cotidiana nas cidades e entendem os Estados membros e a União como entidades apenas da razão - e os próprios Municípios, que não negam suas dívidas, estão sugerindo forma de composição da dívida.

O que não pode acontecer, e este é o efeito do Projeto de Lei 826/91, é a inviabilização das administrações municipais.

#### REQUERIMENTO N° 1014

São as seguintes autoridades:

- 1) Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião;
  - 2) Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Mário Pereira.
- Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente as autoridades acima relacionadas, visando dar continuidade as obras de calçamento de LINHA PRESIDENTE DUTRA E NOVA RIQUEZA, ambas no município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE (PR).

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é propiciar o atendimento de antiga reivindicação da população do município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE (PR), na medida em que esta já foi inclusive objeto de promessa por parte do ex-governador do Estado, Senhor Álvaro Dias.

As comunidades de LINHA PRESIDENTE DUTRA E NOVA RIQUEZA, ambas no Município acima mencionado, de há muito tempo já fazem por merecer seja dada continuidade às obras de calçamento com pedras irregulares no trecho de 4 Km que as une, proporcionando o deslocamento entre Marciánópolis e Nova Riqueza, via Linha Presidente Dutra, em boas condições.

Somando-se as demais reivindicações do município de Santo Antônio do Sudoeste que, entre outros, temos a honra de representar, destacamos ser esta que presentemente enunciamos de relevante importância. As comunidades em questão caracterizam-se pela alta produtividade no setor agropastoril, sendo composta por minifúndios de produção diversificada. O calçamento reivindicado é de grande importância para o adequado escoamento da produção para a sede do Município.

Assim sendo, certos de que receberemos o apoio que estamos solicitando por ser o pleito dos mais justos, finalizamos no aguardo de providências que venham a

REQUERIMENTO 1019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor ELIAS ABRAHÃO, digníssimo SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED, no sentido de que seja viabilizado a implantação de curso de 2º Grau, ensino propedêutico, no distrito de Herculândia, no município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação ao Vereador DARIO BENEDITO ANSELMO DE SOUZA, ao Prefeito Municipal, Senhor ALEXANDRE CERANTO, e a Professora NEUSA DO PRADO DE SOUZA, diretora da escola.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A escola da qual a Prof.<sup>a</sup> Neusa do Prado de Souza é diretora, denominada de ESCOLA ESTADUAL PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS - EPSG, localiza-se no distrito de Herculândia, e este está para ser desmembrado juntamente com o vizinho distrito de Ivaté.

Obviamente, necessitará de infra-estrutura para atender seus munícipes, então já como parte integrante do novo município, e uma dessas necessidades é a criação de ensino de 2º grau, tendo em vista, o elevado número de alunos que tem sido matriculados em estabelecimentos de cidades vizinhas e na sede, em Umuarama.

Essas crianças, jovens estão sendo desestimulados a continuarem os estudos, visto, o alto custo de transporte e as dificuldades de deslocamento dado a grande distância que têm que percorrer.

A citada escola possui condições físicas, demanda de possíveis matrículas e corpo docente suficiente e habilitado para tal.

A comunidade de Herculândia por certo muito se beneficiará com a realização de tal pedido.

REQUERIMENTO 1020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA; Diretor Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, no sentido de que seja viabilizado estudos para a instalação de um posto avançado do BANESTADO, no distrito de Vila Alta, no município de Umuarama.

Do aprovado, REQUER ainda, comunicação ao Prefeito Municipal de Umuarama, Senhor Alexandre Ceranto, ao Vereador José Ilton

de Oliveira e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Vila Alta, pertencente ao município de Umuarama, está prestes a se tornar município, desmembrando-se e portanto, requerendo uma infra-estrutura condizente com as necessidades de um município.

A população há muito tempo reivindica um atendimento bancário dentro de seus limites geográficos, principalmente, porque a sede, que é Umuarama, se encontra a quase 100 quilômetros de distância.

O acesso dificultado pela distância tem feito com que a população do distrito recolha seus impostos e tributos na cidade vizinha de Icaraíma, causando prejuízo na aplicação e retorno nas áreas sociais aos moradores do distrito.

REQUERIMENTO N° 1021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado, através de ordem de Serviços ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a construção de uma ponte sobre o Rio São João, no município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor Vereador Moisés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se que a ponte existente sobre o Rio São João, Estrada São João que liga os Distritos de Cafezal e Jangada, no município de Iporã, se encontra intransitável desde aproximadamente 03 (três) anos, quando as chuvas destruíram o aterro existente no local, sugerimos a construção em concreto da referida ponte.

A estrada servia como via de escoamento de safra e de trânsito de famílias que buscam na ligação entre os dois distritos o intercâmbio importante para o conagração da população.

REQUERIMENTO N° 1022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Eduardo Teixeira, mui digno Ministro de Estado da Infra-Estrutura, Secretaria dos Transportes no sentido de que seja determinado com urgência a

construção da pavimentação asfáltica da BR-272, no trecho compreendido entre os municípios de Iporã a Goioerê.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Vereador Moisés Mendes Sanches, digníssimo edil da Câmara Municipal de Iporã, aos Prefeitos Municipais de Iporã, Alto Piquiri e Goioerê.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que até a presente data não se tem notícia alguma a respeito da implantação da pavimentação asfáltica da rodovia BR-272; considerando os elevados benefícios que representará para as regiões de Goioerê, Alto Piquiri e Iporã a sua pavimentação, vez que se constituirá numa ligação central do Sul do Mato Grosso do Sul, via Guaíra, com a Capital do Estado e o Porto de Paranaguá, sugerimos que Sua Excelência providencie, através da liberação de recursos financeiros a pavimentação do referido trecho.

**REQUERIMENTO N° 1025**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial para a Política Habitacional, visando a criação de Programas Habitacionais para a zona rural.

Diante da desenfreada concentração urbana, fruto do também descomedido êxodo rural, por mais que haja planejamento para atender essas populações, os resultados praticamente inexistem em face de problemas que se avolumam num ritmo acelerado.

Neste sentido, é urgente a adoção de medidas que revertam tal quadro de metropolização urbana, a partir da urgente fixação do homem em sua origem, o campo.

Com base na iniciativa do Senhor Orlando Agulham Júnior, integrante da Câmara de Vereadores do Município de Irati, é fundamental que essa Pasta desenvolva um programa específico para a construção de casas na zona rural, contribuindo assim para que as famílias tenham estímulo para ficarem no meio agrícola, ao invés de serem atraídas na maioria das vezes pela ilusão da cidade e dos conjuntos habitacionais ali construídos.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 1026**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente endereçado

Curitiba, segunda, em 13.05.91

ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com a finalidade de liberar recursos objetivando a implantação de secadores comunitários e uma máquina de pré-limpeza, para as localidades de Ponte Alta e Guarimir, pertencente à municipalidade de Irati.

Consubstanciado na iniciativa do nobre Vereador Orlando Agulham Júnior, os armazéns já existem há cerca de trinta meses, aguardando tão somente a colocação do referido equipamento, sem o qual não é possível entrar em operação. Ademais, a urgência é no sentido de evitar que os secadores, ao ficarem mais tempo sem completo uso, possam sofrer danos.

Seguramente, devido ao grande alcance social, que essa Pasta providencie, o mais rapidamente possível, o atendimento do que alude o presente expediente.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 1027**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda e ao Ilustríssimo Senhor Presidente do BANESE - Banco do Estado do Paraná, com o intuito da aplicação de recursos financeiros como forma de compensação nos municípios onde tenha sido fechada agência do Banco do Brasil.

Utilizando como parâmetro somente a Região Centro-Sul, especificamente os municípios de Rio Azul e Teixeira Soares, o fechamento de agências do Banco do Brasil, como em todo o Paraná, tem representado uma enorme perda, notadamente para o custeio e comercialização agrícola, punidos injusta e brutalmente por uma política que só tem trazido prejuízos econômicos e sociais.

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, valemo-nos deste expediente, para o qual contamos com o apoio de toda esta Casa, apelamos à Pasta da Fazenda e ao Banestado, para que destinem suplementação financeira aos municípios prejudicados com o fechamento do Banco do Brasil, alocando recursos capazes de assegurar o respaldo econômico, que não virá de outra forma, caso não haja a compensação do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 1031**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estrada de Rodagens e a Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de que os citados órgãos se manifestem quanto a construção de uma Passarela, no KM-108 da BR-116, no Bairro do Pinheirinho, município de Curitiba, por ser essa uma reivindicação antiga da população ali residente.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

Os problemas que são próprios de uma rodovia movimentada, mais o fato de cruzar por um bairro populoso, deve por si só reclamar uma atenção maior dos órgãos diretamente responsáveis. A construção de uma passarela é necessidade vital.

Devemos solicitar, pedir, e nem resposta das autoridades receber?

Esperamos que brevemente sejamos atendidos, para que a população do Bairro do Pinheirinho, brasileiros de Curitiba, não continuem sendo vítimas dos descasos e insensibilidade que campeia o nosso País.

#### REQUERIMENTO N° 1032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, Requer seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, doutor Roberto Requião, no sentido de que seja atendida reivindicações dos moradores do município de Castro, e especialmente do distrito de Socavão, quanto o asfaltamento da Rodovia que liga o distrito à sede do Município. Pois as condições da mesma são precárias.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da Rodovia que liga a sede do município de Castro ao distrito de Socavão é antiga reivindicação da população deste Distrito.

Os problemas causados pela más condições da estrada são inúmeros, desde questões de saúde, até a perda de produção agrícola. É importante que seja atendida a solicitação dos Paranaenses ali residentes. Contamos com a compreensão e sensibilidade do nosso Governador para dar melhores condições de vida a todos da região em pauta.

Como grande produtor agrícola o distrito de Socavão mais que nunca merece a atenção do Estado, para continuar tendo ânimo de continuar produzindo para o engrandecimento de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO N° 1033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, Requer seja enviado expediente ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, solicitando os serviços da Patrulha Rodoviária, nos termos do Programa Pró-Rural, para cascalhamento e reparo na malha rodoviária vicinal do distrito de Socavão, município de Castro.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

O estado das estradas vicinais que servem o distrito de Socavão são merecedores do Programa de melhoramento de estradas desenvolvidos pela Patrulha Rodoviária do DER, para que a produção agrícola possa ser escoada sem maiores prejuízos aos já tão sofridos produtores rurais desta região, e porque não dizer do Brasil.

Assim sendo, solicitamos a atenção das autoridades ligadas ao setor competente, atendam aos moradores da região do distrito de Socavão, na medida do possível, em curto espaço de tempo.

#### REQUERIMENTO N° 1034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja enviado expediente ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagens, no sentido de que os serviços prestados pela Patrulha Rodoviária, façam a recuperação da malha de estradas vicinais dos municípios da Lapa e Antonio Olinto, seguindo os termos do Pró-Rural que visa a recuperação das estradas vicinais no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário a atenção das autoridades responsáveis pela recuperação e manutenção das estradas vicinais, do nosso Estado, quanto ao estado precário das estradas vicinais, que servem os produtores rurais dos municípios da Lapa e Antonio Olinto, o mais breve possível.

A população ali residente tem solicitado com grande frequência a recuperação dessas estradas e não recebido atenção devida, por isso, reiteramos uma vez mais a necessidade deste serviço.

#### REQUERIMENTO N° 1035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Dr. Vítorio Sorotkiuk, Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná (ITCF) solicitando esclarecimentos acerca de pareceres fornecidos ao Prefeito do município de Apucarana, referentes à



transferência de área territorial do município de Arapongas para o de Apucarana.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

**JUSTIFICATIVA:**

Em 25.11.87, através do ofício n. 617/87, enviado a Deputado desta Casa de Leis, entre outros tópicos de informação assim se expressava o ITCF:

- "Levando-se em conta que não é"
- "de competência do ITCF o mu-"
- "dar ou criar fato novo em re-"
- "lação a divisas já sacramenta-"
- "das em lei ..... etc".

Ocorre que, como é público e notório, o Prefeito do município de Apucarana pela imprensa da região, segundo fotocópias anexas, vem afirmando ter o órgão da administração indireta ITCF expedido pareceres determinando que uma parte de área de terras não pertence ao município de Arapongas, embora dentro de suas divisas.

Trata-se no caso de uma mesma área de terras, objeto do Projeto de Lei n. 366/87, que gerou a Lei n. 01/88, fulminada por decisão judiciária com trânsito em julgado, que a julgou ineficaz e inclusive determinou na parte dispositiva do acórdão a necessidade para transferência de área territorial de um Município para outro, de aprovação da Câmara Municipal que sofreu diminuição de seu território, de resolução com votos favoráveis da maioria absoluta dos Vereadores e realização de consulta plebiscitária.

Tratando-se de eventuais pareceres que ressuscitam questão que por ser "coisa julgada" é defeso a administração revê-la requer-se preste o ITCF as informações verídicas que tiver a respeito.

**REQUERIMENTO N° 1036**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja determinado ao Tribunal de Contas do Estado, o procedimento de auditoria junto a Prefeitura Municipal de Apucarana para apurar da legalidade e legitimidade de atos administrativos que importaram na aquisição de uma sorte de terras situadas no município de Arapongas, pelo valor de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

**JUSTIFICATIVA:**

Segundo os ditames Constitucionais (Art. 18, parágrafo 1° c/com o art. 75 da Constituição do Paraná) o controle externo, a cargo da Câmara Municipal de Apucarana, é exercido pela Corte de Contas do Paraná que pode realizar, por iniciativa própria ou provocado pela Assembléia Legislativa inspeções e auditorias na unida-

Curitiba, segunda, em 13.05.91

de administrativa do Poder Executivo Municipal (Art. 75, inciso IV).

O Tribunal de Contas vem admitindo o encaminhamento de informações que demonstrem a existência de ilegalidade e ilegitimidade de atos e contratos praticados por quaisquer órgãos sujeitos a sua fiscalização.

Ocorre que o Senhor Prefeito do município de Apucarana - conforme ele próprio confessa a imprensa local (documentos - anexos) adquiriu por 100 milhões de cruzeiros dois imóveis localizados no município de Arapongas.

Até, aí, se acobertado com a devida autorização legislativa, nada de anormal teria ocorrido.

Entretanto o que se deduz das declarações pelo Senhor Prefeito à imprensa, é que para alcançar aquele objetivo:

a) dispensou a autorização da Câmara Municipal;

b) fez uma operação triangular envolvendo a empresa KLM - Construção e Pavimentação Ltda. CGC n. 81102576-0001-61 e os proprietários dos terrenos Senhores Antonio Gimenez, Antonio Carneiro Filho e família Biaggi e o município de Apucarana.

c) intermediou junto ao Banco do Estado do Paraná S/A, duas operações de crédito e o estabelecimento bancário, a Associação de Proteção a Maternidade e Infância e o Apucarana Atlético Clube, no valor de Cr\$ 20.000.000,00, cada uma, em esse numerário adquiriu as referidas propriedades.

Entendendo pois, que assim agindo violou o Senhor Prefeito tudo aquilo que estabelece a legislação sobre a matéria (licitação, código de contabilidade pública, etc) é esta para em defesa das boas regras de direito determinar proceda o Tribunal de Contas do Estado a competente auditoria sobre as formas que envolvem as referidas transações. Projetos de Lei:

**PROJETO DE LEI N° 173/91**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica assegurado o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, ao estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino público ou particular, de 1° e 2° Graus, no Estado do Paraná, na conformidade da presente lei.

§ 1° - Para os efeitos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões os estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais,



recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

§ 2º - Serão beneficiados por esta lei os estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, de 1º e 2º Graus, cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo órgão público componente.

Art. 2º - Para usufruir do benefício, o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, através de identidade autenticada pelo órgão competente da Secretaria de Educação do Paraná e expedida pela União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º graus, UBES.

§ 1º - A autenticação e expedição das carteiras referidas no caput deste artigo deverão se dar com base em listagem de alunos regularmente matriculados, fornecida pela direção de cada estabelecimento de ensino, até um mês após o encerramento das matrículas.

§ 2º - As carteiras, válidas em todo o território do Paraná, só perderão a validade após a expedição das novas carteiras, independente do ano letivo.

Art. 3º - Caberá às Prefeituras Municipais, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor a fiscalização do cumprimento desta Lei, autuando os estabelecimentos que a descumprirem, cominando-lhes sanções administrativas cabíveis, inclusive a suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.91

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

##### I. CONSTITUCIONALIDADE

"Art. 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais." (Constituição Federal)

"Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência." (Constituição Federal).

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, con-  
correntemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e des-  
porto;" (Constituição Federal)

"Art. 53 - Cabe à Assembléia Legisla-  
tiva, com a sanção do Governador do Esta-  
do, a qual não é exigida, no entanto, para  
o especificado no art. 54, dispor sobre  
todas as matérias de competência do Esta-

do, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competên-  
cia comum prevista no art. 23 da Consti-  
tuição Federal". (Constituição Estadual)

"Art. 216 -

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos  
para a produção e o conhecimento de bens e  
valores culturais." (Constituição Federal)

##### II - MÉRITO

O caminho para o desenvolvimento segu-  
ro e transformação da realidade injusta  
que penaliza a maioria da população brasi-  
leira não tem atalhos: passa, obrigatoria-  
mente, pela construção de uma consciência  
coletiva crítica e solidária.

Num País de cento e cinquenta milhões  
de habitantes aproximadamente a metade da  
população não sabe ler e escrever. Os veí-  
culos de informação, os meios de transmis-  
são da cultura estão ao alcance de uma  
elite. Corremos o risco de marchar para o  
terceiro milênio com uma legião de desa-  
fortunados, não apenas nas questões de na-  
tureza econômica, mas principalmente, de  
cunho social e cultural.

A cultura - transformação da natureza  
pelo homem ironicamente tem sido roubada  
desse homem. Tem sido roubada, principal-  
mente, às novas gerações, latentes do co-  
nhecimento universalmente acumulado e im-  
potentes diante da distância que as separa  
do cinema, do teatro, das letras, do des-  
porto... da arte.

Se a Constituição reafirmou que a cul-  
tura é direito de todos e nem poderia ser  
diferente e há a necessidade de criar os  
meios de efetivação desse direito.

Cultura não tem preço! - a máxima ou-  
vida em todo o mundo, encontra antagonis-  
mos bem peculiares no Brasil, onde um sa-  
lário-mínimo é insuficiente para o feijão  
e o pão que dirá para as letras e as gra-  
vuras!

O país que quer se redescobrir, reen-  
contrar-se, tem que fazê-lo a partir da  
satisfação de seus compromissos mais ele-  
mentares com a população, como o direito  
de conhecer a história, de humanizar-se,  
de apropriar-se do saber e dispor de meios  
para informação e formação da consciência  
crítica.

A meia entrada é oportunidade real de  
efetivarmos o acesso garantido pela  
Constituição da população aos meios de  
cultura.

A meia entrada uma tradição da vida  
estudantil, conquistada pela mobilização  
de um dos segmentos mais importantes da  
sociedade brasileira - foi banida, dentre  
outros motivos, - pela falta de controle  
sobre a emissão das carteiras, o que pos-  
sibilitava fraude.

O projeto é cuidadoso em prevenir  
ações que visem deturpar seus objetivos  
originais. Há que considerar, ainda, a

atuação das entidades representativas do conjunto dos estudantes brasileiros, cuja atuação em favor desta conquista, impõe um dever solidário de fiscalização.

Por outro lado, é preciso ressaltar, que na situação difícil porque passa o país, não raramente as casas de espetáculos, shows e divertimentos, têm restado com muitos lugares vazios, certamente bem ocupados por estudantes ávidos de saber, caso a proposição se torne lei.

Confiamos na compreensão dos bons propósitos deste projeto resultante da análise crítica cuidadosa, do discernimento e da consciência histórico-política dos senhores parlamentares, forjados no contato íntimo com esta cultura que se quer compartilhar democraticamente com nossas novas gerações.

São nossas razões para o presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 174/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, do município de São Tomé.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.91

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

A APAE de São Tomé vem prestando relevantes serviços voltados ao atendimento aos excepcionais, proporcionando orientação psicossociais às famílias, através de prestação de serviço direto e indireto a nível individual, como também em grupo e comunitário, constituindo a assistência social um elemento de ligação entre equipe, cliente, família e comunidade.

Para atendimento especializado, os excepcionais de São Tomé são encaminhados à APAE de Cianorte, onde freqüentam a Escola Especial João Paulo I, cujo transporte é proporcionado pela Prefeitura Municipal, que libera um veículo e um motorista para este fim.

Apesar das contribuições, a entidade encontra muitas dificuldades na manutenção de seus serviços, uma vez que os recursos são escassos, razão pela qual apresentamos este projeto de lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para que a APAE desenvolva melhor suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente,

Curitiba, segunda, em 13.05.91

Srs. Deputados.

Hoje, após 103 anos de pretensa Abolição da Escravatura no Brasil, oficialmente se tem e se comemora o dia 13 de maio como o "Dia da Libertação dos Escravos".

O dia 13 de maio é tido, pela nossa História e contado desta forma. É necessário que se resgate a seriedade da História da escravidão, no Brasil, para que ela não fique, normalmente como se diz, através de livros oficiais.

Se hoje relembarmos fatos da escravidão, da época da escravidão, ficamos estarrecidos. Mas, a História do Brasil de hoje apenas tenta ser diferente. A escravidão se deu inicialmente, no nosso País, por um esquema triangular do comércio europeu, que saía da Europa com navios carregados de licores e armas de fogo e ia para a África, para trocar por escravos e vinha ao Brasil para vender, onde os escravos eram vendidos, nos armazéns. E os navios daqui voltavam carregados de produtos coloniais para a Europa.

Já na África, após a captura, os escravos eram submetidos a todos os tipos de humilhação e tortura. Perdiam os bens. Eram separados de suas famílias e amigos.

Eram presos, acusados, digo, acorrentados e embarcados nos porões imundos dos navios, onde a doença e os maus tratos provocavam a morte de grande parte deles, que eram jogados nos mares.

No final do Século XVI, mais de cinco mil escravos eram embarcados, anualmente, do Congo e de Angola para o nosso País, arrancando-os de suas terras, quebrando os laços familiares e tribais. Iniciava-se, aí, o processo da perda da identidade dos mesmos.

Aqui, eram vendidos, levados para os engenhos, onde se completava o processo de desestruturação. Obrigados ao trabalho forçado, só parando para dormir, para sustentar uma sociedade que não era a sua.

Para manter os negros obedientes e trabalhando, conforme o desejo dos fazendeiros, era preciso uma repressão muito grande. Os senhores donos de terras, tinham o direito de vida e morte sobre os seus escravos. Daí os piores castigos que a História nos conta: o uso de vários instrumentos de flagelação, formas de torturas que são arrepiantes, banhos de água salgada, após o açoitamento, lambuzaram os corpos dos escravos com óleo e mel após o açoite, a fim de que os negros fossem devorados pelas abelhas, marimbondos e formigas, retalhamento das nádegas, entre outros flagelamentos que se fazia aos escravos.

Nos Estados Unidos, um decálogo desconcertante afirmava a superioridade dos brancos sobre os negros. Algumas das dez frases nefastas deste decálogo capitalista

diz o seguinte: "Para os negros, apenas as migalhas que caem da mesa dos brancos; o mais insignificante dos brancos conta muito mais do que o mais nobre dos negros; a superioridade dos brancos sobre os negros foi estabelecida pela providência divina".

Com base neste decálogo, destas nefastas frases, este decálogo branco, os negros continuavam sofrendo humilhações, desrespeito e afronta em todo o mundo, atualmente. O povo negro construiu e constrói as riquezas deste País, foi muito tempo mantenedor da economia de Portugal e da Espanha.

Desde 1532, quando aqui chegaram os primeiros escravos, até a chegada das primeiras indústrias no final do século passado, os negros foram os únicos trabalhadores deste País, era desonroso um branco trabalhar, e era motivo de orgulho à nobreza ter escravos.

A partir de 1850, foi proibida a venda de negros, escravos ou livres para o Brasil, iniciou-se a imigração de brancos europeus para o trabalho nas indústrias e também aumentava a população branca para fazer desaparecer os negros, que eram e ainda são a maioria no nosso País.

Esse passado triste faz parte de nossa história e chega aqui todo um sistema planejado para impedir a resistência do negro.

Os escravos eram mantidos nus, presos, sem normas, recebiam, perdiam, até seu nome, mal vestidos e mal alimentados, reuniram-se em grupos de diferentes línguas e obrigados a adotar religião oficial, perdiam as suas identidades; sua cultura era considerada inferior e criminosa, a história nos mostra o heroísmo dos negros na resistência através dos quilombos contra essa tirania e perversidade que os brancos capitalistas o praticaram.

A Inconfidência Baiana, em 1798; A Revolta da Cabanagem, em 1835; a Balaiada em 1839; o glorioso Zumbi, que comandou os negros organizados através do Quilombo dos Palmares, é hoje o símbolo da resistência no Brasil contra tais tiranias.

A resistência cultural desta raça, que na arte culinária, na religião, na musicalidade e na literatura, mantém-se a ferro e fogo até hoje através de suas organizações.

O surgimento do movimento abolicionista surge a partir de 1830, porque os brasileiros formados na Europa traziam idéias para ajudar a Inglaterra a introduzir o novo sistema econômico, a escravidão desonrava o País nesta época, o trabalho manual também faria aumentar a população negra, a vinda de escravos, a escravidão do País, não cria consumidores para o sistema capitalista.

O conselheiro Torres Homem, em 1844,

chega a dizer, classificar os escravos de "túmulos de capitais" começa as leis do abolicionismo, a lei do ventre livre, que as crianças permaneciam com a mãe até os oito anos e o Governo pagava alforria ao dono da mãe, mas a criança era libertada e a mãe continuava na escravidão.

Começava aí através da lei do ventre livre a história dos menores abandonados no nosso País. A lei favorecia os fazendeiros, proprietários de escravos, mais que as crianças que eram libertadas.

A Lei da Enfazeja veio cometer um crime social, que até hoje não foi reparado na sociedade brasileira, a Lei do Sexagenário, que o Governo indeniza o Senhor dono de escravos, liberta o escravo maior de 60 anos, livra o fazendeiro do bagaço humano e da obrigação de lhes dar assistência e comida, e pouco, ou quase nada ajuda o velho escravo.

A Lei Áurea surge, quando a Lei foi assinada apenas 5,6% da população negra era escrava no País, que por sua resistência já havia conquistado a sua liberdade.

Pequenas e grandes fugas organizadas, trabalhos extra para comprar a sua carta de alforria, os libertados juntavam-se em associações e organizações para comprar a libertação dos seus companheiros, estas foram as maiores pressões para a libertação dos escravos, que até hoje, pelos movimentos negros organizados, não tem reconhecido o "Treze de Maio", como o "Dia da Libertação dos Escravos", mas sim como uma fantasia de enganação.

Hoje, 103 anos após, fatos recentes nos mostram que a escravidão, o racismo, ainda existem em nosso País. Fatos recentes, contados pela imprensa, de negros impedidos de entrar em repartições; procedimentos praticados por soldados ao prenderem alguém da classe empobrecida, principalmente se for negro, se percebe a forma de discriminação. Numa escola de polícia em São Paulo há não muito tempo se via escrita uma frase: negro parado é suspeito, correndo é culpado. Nos filmes, por exemplo, os vencidos, os idiotas, os bandidos, os maus, têm forte identificação com os discriminados. Recentemente um Governador do Território de Roraima sugeriu a transferência dos índios de sua reserva para outra, porque eles atrapalhavam o desenvolvimento do território.

O racismo é uma ideologia de dominação que diz que uma raça é inferior à outra que supostamente tem-se como superior e tem o direito de discriminar, oprimir e explorar os marginalizados.

Mais de quinze mil famílias sem-terra no nosso País, atualmente. Milhões e milhões de favelados. Milhões de pobres e oprimidos, marginalizados, a grande maioria da população é o resultado da discriminação.

minação, da escravidão que hoje se arrasta ainda, 103 anos após em nosso País.

Duas coisas são necessárias ressaltar: que o "Treze de Maio" subsiste como uma data falsa. Segundo, que foram os negros, pelos movimentos sociais, que mostraram, peça a peça, a nova abolição que ainda não se completou. E ela termina e atinge seu auge em um movimento social que constrói seus veículos fortes, com o ideal de uma nova sociedade sem dominação, sem raças, sem dominação de raças e de classes.

No último sábado o Movimento Negro do Paraná, com participação de movimentos de vários Estados do País e até de outros Países, realizaram na "Boca Maldita", um ato de protesto. Um ato em favor da vida das crianças de nosso País. Hoje, se arrastam pelo País afora, quadrilhas organizadas de extermínio de menores com o objetivo e com a falsa argumentação que criminosos cresçam em nossa sociedade.

Fatos como a África do Sul, o apartheid e, além disto, outras formas raciais de discriminação no mundo inteiro e, especificamente, em nosso País, denigrem hoje a imagem que diz que se libertou os escravos, os pobres, os marginalizados neste País.

O negro, o índio, a mulher, os pobres e marginalizados, são hoje uma necessidade de mudanças sociais em nosso País.

De mudanças de visão de sociedade, para que realmente possa se dizer que o nosso País não deve, ou se redimirá de seus pecados, de sua dívida, com as minorias ao longo dessa História".

Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

No último dia 10 de maio do corrente, comemorou-se o 37º aniversário da entrada em funcionamento da PETROBRÁS no Brasil.

Foi uma conquista fundamental da sociedade brasileira porque nos permitiu o controle sobre uma das mais importantes atividades na economia brasileira, nos permitiu o controle e o monopólio sobre um dos recursos naturais, talvez mais importante para o funcionamento de uma economia. E, nesses anos todos, a PETROBRÁS tem sido sistematicamente atacada por aqueles que visam a privatização deste importante patrimônio público. Foram os contratos de risco, a PETROBRÁS utilizada como agente de endividamento externo para outros setores do Governo em razão de sua excelente reputação no mercado internacional e da sua saúde financeira, de seu notável pa-

trimônio econômico e tecnológico.

A PETROBRÁS tem sido ameaçada pelo corte de um bilhão e oitocentos milhões de dólares nos investimentos para exploração e exportação de petróleo, reduzindo-se, assim, a possibilidade de alcançarem as metas de produção de um milhão de barris de petróleo por dia em 1993 e de um e meio milhão de barris de petróleo em 97.

Da mesma forma ameaçada, está pelo corte de cento e oitenta milhões de dólares no refino de petróleo, o que tem obrigado o País a importar cerca de 33% de sua matéria prima para a indústria petroquímica.

Também na área de transporte a PETROBRÁS, com os cortes de cento e oitenta e oito milhões de dólares, sofre o risco do atraso da entrega de navios-tanque que fariam o transporte desta matéria, o que abre espaço também para a iniciativa privada.

E nós temos também, e é o que nos interessa fundamentalmente, a presença da PETROBRÁS no Estado do Paraná.

Hoje, a REPAR responde por cerca de 10% de todo o ICMS arrecadado em todo o nosso Estado.

Mais do que isso, nós temos também em via de implantação final a exploração do xisto na cidade de São Mateus do Sul; diga-se de passagem, uma tecnologia que o Brasil domina e que, hoje, inclusive, tem sido objeto de interesse de outros países do mundo.

A usina de São Mateus do Sul, hoje com os investimentos em 75% já assegurados, com mais cerca de vinte e cinco milhões nós teríamos a possibilidade de ter a exploração do xisto assegurada em condições de gerar, inclusive, lucros para aquela unidade industrial.

Mais do que isso, a usina de São Mateus do Sul, quando em pleno funcionamento, permitirá a implantação de indústrias de cerâmicas em nosso Estado; indústrias de cerâmicas que terão condições de alocar um investimento de cerca de setenta milhões de dólares com vendas previstas de 96 milhões de dólares, mais impostos em dez milhões de dólares e uma exportação de dezesseis milhões de dólares.

Mais do que isso, a usina de São Mateus do Sul, responde hoje por mil e quinhentos empregos diretos, a geração de sete milhões de dólares/ano em impostos, além de oitocentos mil dólares em "royalties". É fundamental para a economia do nosso Estado.

Então, aproveitando a data de fundação da PETROBRÁS, seu 37º aniversário, nós encaminhamos a esta Casa votos de congratulações pela fundação da PETROBRÁS e contamos com o apoio de todos os nossos colegas.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença, com muita satisfação, do embaixador Amandio Anes de Azevedo, embaixador da Comunidade Européia.

Suspendo a sessão por cinco minutos para que os Senhores Deputados possam cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ESTÁ REABERTA A SESSÃO.

Designo o Deputado Rafael Greca para saudar o nosso Embaixador.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Exmo. Senhor Embaixador, Deputado Amandio A. de Azevedo e demais membros da sua comitiva, esta Assembléia Legislativa ao ensejo de sua visita ao Paraná sente-se profundamente honrada com a sua presença.

Este Estado, esta província do Brasil, a mais jovem das províncias do Império brasileiro, criado em 1853, teve o seu povoamento estimulado pelo poder central brasileiro na base de correntes migratórias, sobretudo de europeus vindos da Itália, da Alemanha, da Polônia, da Rússia Branca, e por esta razão Curitiba, dentre todas as cidades brasileiras, Curitiba e a região de Curitiba, guardam um certo clima de identidade na arquitetura, na cultura, na tradição, na própria memória das famílias que compõem a nossa população, com a Europa que é por excelência o berço da civilização ocidental e cristã.

Ao saudarmos a sua presença numa primeira e histórica visita como Embaixador da Comunidade Européia Unida a este Parlamento e a este Estado do Paraná, nós fazemos votos de que a união da Europa contribua para a multiplicação da igualdade de oportunidades entre todas as pessoas no nosso planeta.

Que nasça da união da Europa a receita de solidariedade para o novo milênio. A receita da compreensão entre os povos, da construção do bem-comum, da real visão da história como um patrimônio comum a toda a humanidade sem o opróbrio da exploração, sem o opróbrio da injustiça, sem o opróbrio do egoísmo, que afasta os povos e faz com que não prosperem à luz que é satisfatória a humanidade, qual seja a luz da solidariedade.

Receba, Senhor Embaixador Amandio A. de Azevedo, com os seus companheiros de missão diplomática uma cordial saudação de boas-vindas, que em meu nome e dos outros cinquenta e três Pares eu lhe faço e em nome do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra ao Senhor Embaixador.

O SR. AMANDIO A. DE AZEVEDO - Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados. Duas palavras apenas para agradecer porque fiquei muito sensibilizado com a honra que me deram ao receberem na vossa Casa.

Fui Parlamentar em Portugal durante 12 anos e compreendem como me invadem recordações inúmeras de um período rico de minha vida em que me ajudei numa Casa similar a construir a democracia em Portugal.

Eu queria deixar aqui apenas a mensagem de que a comunidade européia, construída na base de um sentimento de solidariedade, que se afirma em 1º lugar no quadro dos países que a compõe, com programas destinados a ajudar os países menos desenvolvidos do Sul da Europa a atingirem níveis de desenvolvimento equiparados aos dos países do Norte e Centro da Europa.

São recursos financeiros muito vultuosos, que só são possíveis com base exatamente no princípio e no sentido da solidariedade. Mas eu posso garantir-vos que a comunidade européia não pratica a solidariedade só dentro das suas fronteiras porque estende a todo o Universo, nomeadamente no quadro das relações Norte-Sul, no quadro de uma política que procura tomar medidas em consideração aos profundos laços históricos e de amizade existentes com os povos da América Latina, especialmente com o Brasil, definindo políticas que tem como objetivo o desenvolvimento econômico, modernização e competitividade das indústrias desses países para que possam atingir também altos programas de desenvolvimento para que possam propiciar aos seus cidadãos níveis condignos com aqueles que são próprios do século em que vivemos.

É este o esforço em que nós estamos empenhados. O trabalho já feito nesses quatro anos desde a minha chegada ao Brasil comprova a seriedade e a vontade política séria em que isso venha a acontecer, e vejo também da parte das autoridades brasileiras, não só a nível central, como também a nível de Estado, e eu venho aqui um pouco com essa missão, essa mesma vontade de levar tão longe quanto possível essas relações para que também os países latino-americanos, nesse caso concreto o Brasil, possam tirar vantagens desse grande projeto que beneficia e deve beneficiar toda a humanidade, que é o projeto de integração européia, que na sua base se destina em resolver, através da conscientização e do diálogo, problemas e conflitos que levaram a confrontações bélicas que espalharam em períodos recentes da nossa História a miséria, o drama e a dor.

Hoje já não é pensado numa guerra na Europa. Hoje a Europa está num período de paz e de desenvolvimento, não só no conti-

nente europeu, mas também em todos os continentes desse nosso Mundo.

Muito obrigado pela atenção honrosa que me dispensaram.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta ao Deputado Ernani Pudell se deseja continuar com o uso da palavra.

O SR. FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha) - Senhor Presidente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nós dispensamos a continuidade do discurso do Deputado Ernani Pudell.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Eu compreendo que a Administração da Casa - e todos nós compreendemos - compete e é de competência da Mesa Executiva, muito especialmente da administração interna da Casa, e diz respeito aos seus funcionários e o que me traz aqui a pedir uma informação, poderia obtê-la, informando-me pessoalmente do Senhor Presidente ou do Senhor 1º Secretário, a respeito do assunto, mas eu entendo que este é um assunto que toda a Casa deve preocupar-se, pelas reiteradas publicações e notícias que ocupam manchetes dos jornais, sempre tendo a Assembléia, como alvo a orientar, como zombaria, sempre com notícias maliciosas, com referências maliciosas e até com ironia e eu li, para surpresa minha, na "Folha de Londrina" em sua edição de sábado, quero crer que muitos senhores Deputados tenham lido, manchete que "Requião e Khury apelam ao Supremo Tribunal Federal contra "marajás" da Assembléia".

Continuando com o artigo, diz que os aqui inimigos políticos Roberto Requião, Governador; e, Anibal Khury, Presidente da Assembléia, resolvem se unir para lutar contra um aumento, a seiscentos e três funcionários ativos e inativos da Assembléia, no Legislativo, que elevariam seus salários a 2.4 milhões de cruzeiros.

A notícia não poderia ter maior repercussão, se me parece, os números fossem outros. Eu fui 1º Secretário desta Casa no período de 1.979-1.980 e se não me falha a memória, naquela ocasião haviam quatrocentos e poucos funcionários efetivos na Assembléia e menos de uma centena de prestadores de serviços, na Casa, alguns contratados pela CLT e firmas prestadoras de serviços.

Agora vejo que o Presidente da Assembléia vai ao Governador do Estado, para os dois Poderes juntos, defenderem o Poder Legislativo, se somas astronômicas que se-

riam pagas a título de indenização e a notícia não é bem clara. O que fala é da procura do Presidente da Casa ao Chefe do Executivo e que eu acho que a essa altura, as diferenças políticas já ficaram para trás, as eleições já se passaram, o Deputado Anibal é Presidente de um Poder e o Senhor Requião, de outro. A diferença é que o Poder Executivo é que é o responsável pela arrecadação do dinheiro. No mais, apenas gastamos o dinheiro. Eu acho que a visita, se realmente ocorreu, do Senhor Presidente ao Senhor Governador, ela é elogiável e também em defesa do erário público, do dinheiro do povo. Eu não tenho a menor informação e também a notícia não dá detalhes acerca do que seja, se a ação está subjudice. O que eu pretendia receber e ser informado, Senhor Presidente e Senhores 1º e 2º Secretários da Casa, é que os gabinetes ou até a CCJ, a Comissão de Justiça da Casa, fosse informada acerca desse anúncio, da sua veracidade e o que é que existe realmente, para que nós não só possamos tomar conhecimento, mas poderemos informar aos nossos eleitores, as pessoas que nos perguntam: "Deputado, é verdade que corre uma ação nesse sentido e que seiscentos e tantos funcionários estariam beneficiados, muitos deles já na inativa e alguns na ativa? É verdade? Quantos são? É verdade essa soma que se paga? Um milhão e duzentos? Possivelmente poderá ir para dois milhões e quatrocentos mil, o vencimento de um funcionário do Poder Legislativo, sabendo, nós que há redutor proposto pelo então Governador Álvaro Dias.

E esta Casa assim o fez também, estabelecendo o reduto dos vencimentos. Parece-me que não há fundamento nesses números.

Mas, Senhor Presidente, repetindo, gostaria que cada Parlamentar, através da Comissão de Justiça desta Casa -, fosse informado, inclusive com detalhes não só acerca da notícia mas sobre o que há de verdade no assunto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência e os Senhores Deputados receberão dentro de poucos dias todas as informações que a Mesa pode prestar.

A notícia, em parte, é verdadeira. Deputados Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós hoje estaremos encaminhando a Casa requerimento para ser submetido aos nobres Parlamentares, no sentido de que esta Assembléia se manifeste a respeito de dois assuntos que são preocupantes à Nação brasileira.

No primeiro, estamos requerendo:



**"EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**SÚMULA:** Requer oficiamento da Assembléia Legislativa do Paraná aos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República; Presidente do Senado Federal; Presidente da Câmara dos Deputados; Ministros da Economia e do Trabalho e Previdência Social; e a todos os Prefeitos Municipais do Paraná, manifestando desaprovação ao Projeto de Lei n° 826/91.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER sejam oficiados os Senhores: Presidente da República, Fernando Collor de Mello; Presidente do Senado Federal, Mauro Benevides; Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro; aos Ministros da Economia, Marcílio Moreira; do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri; e a todos os Prefeitos Municipais do Paraná, manifestando DESAPROVAÇÃO deste Parlamento ao Projeto de Lei n° 826/91, que pretende bloquear o repasse das verbas do Fundo de Participação dos Municípios àqueles municípios com dívidas junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(a) Deputado PAULO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

O Governo Federal causará a falência total dos municípios brasileiros se tiver aprovado, na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o seu Projeto de Lei n° 826/91. Este projeto prevê o não repasse das verbas relativas ao Fundo de Participação dos Municípios, àqueles municípios em débito com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Na verdade, o Governo pune as administrações por atos que os atuais Prefeitos não cometeram, uma vez que a dívida com a Previdência Social, em alguns casos, perdura há mais de 20 (vinte) anos. Este Projeto de Lei não contempla os interesses da sociedade que tem a sua vida cotidiana nas cidades e entendem os Estados Membros e a União como entidades apenas da razão - e os próprios municípios, que não negam suas dívidas - estão sugerindo forma de composição da dívida." (Termina de ler)

Através de uma prestação de serviços hoje na área da saúde, na área da educação e tantos outros.

Então, esperamos que este Parlamento se manifeste, desaprovando este projeto de lei, que trata desse bloqueio a nível dos municípios dos Paraná com relação ao Fundo de Participação.

O nosso segundo projeto de lei, e re-

queremos que o mesmo seja também enviado ao Presidente da Câmara dos Deputados; Senado Federal, e que esta Assembléia do Paraná se manifeste no sentido de que seja instalada Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a destinação do Fundo de Compensação de Variação Salarial e requerendo seja aprovado projeto de lei, revogando a Lei n° 8.177, que, inclusive, já é manifestação da Justiça Federal, através do Procurador Geral da República, Desembargador Aristides Junqueira, da inconstitucionalidade de tal medida.

E apresentamos a seguinte justificativa (Lê):

"O Projeto Neo-Liberal coordenado pelo Governo da União, que conduz a inserção do Brasil como mão-de-obra barata na distribuição mundial do trabalho, está massacrando a classe trabalhadora. O salário-mínimo praticado hoje no País, por imposição da política salarial injusta, não atinge 20% (vinte por cento) do valor que deveria ter para atender às atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, sendo verdadeiro fator de fomento da miséria nacional e do descrédito das autoridades político-administrativas.

Alegar que os salários contribuem para o crescimento da inflação, é querer ludibriar o povo ou atestar ignorância sobre a realidade histórica da economia brasileira; pois, se assim fosse, há muito não existiria mais inflação no País, face ao tempo que os salários vêm sendo arrochados. Mas o Governo, deliberadamente, insiste na tese; impôs congelamento de preços da indústria e do comércio - embora estes setores sejam dotados de suas "Câmaras Setoriais" para eventuais reajustes - e, inflexivelmente, congelou os salários da classe trabalhadora.

Ele próprio, porém, não cumpre o congelamento que instituiu: editou a Lei n° 8.177, que estabelece os reajustes das prestações da casa própria do Sistema da Habitação pela variação da poupança, com índices superiores à variação dos salários e do poder aquisitivo da classe trabalhadora.

No momento em que os trabalhadores convivem com uma realidade de flagrante corrosão salarial e de total ausência de condições de instituir poupança, esgotando os míseros salários na cada vez mais inglória tarefa de sobreviver, o reajuste da casa própria pela TRD, que varia o índice da poupança, é um crime. A própria Lei n° 8.177 é um crime.

Sem dúvida, a Lei é inconstitucional, não só porque fere o ato jurídico perfeito, expresso nos contratos de reajuste das parcelas pela equivalência salarial, firmados por quase 6 milhões de mutuários, na sua maioria trabalhadores humildes que

lutam pela realização do sonho da casa própria para, honradamente, morarem com a família. A Lei é inconstitucional em razão de ir contra o desejo da maioria dos brasileiros - e o Judiciário já está sensível a este fato - bem como, ainda, por transgredir os objetivos fundamentais da República, expressos na Constituição, de construir uma sociedade livre, justa e solidária. Não há liberdade, não há justiça e muito menos solidariedade com a imposição de reajustes de prestações que atingem índices de até mais de 500% (quinhentos por cento) a uma população tão sofrida.

Some-se a tudo isso a situação do Fundo de Compensação da Variação Salarial, um fundo constituído pelo pagamento mensal de todos os mutuários para quitação dos saldos devedores, cujos 21 milhões de dólares depositados são hoje mera escrituração contábil, sem lastro monetário, segundo denúncia das entidades ligadas à defesa dos interesses dos mutuários. Deputados Federais e Senadores já tomaram conhecimento dessa situação e avalia-se a possibilidade de esclarecê-la através de uma CPI, que seria o instrumento adequado do Legislativo para definir a destinação dada pelo Governo e Agentes Financeiros à tal verba." (Termina de ler)

Eram estas as propostas Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esperamos ver aprovadas por este Parlamento que vai demonstrar sem dúvida a preocupação do Paraná, com relação a essas medidas, que ferem os municípios do Paraná e que ferem o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna, nesta tarde, para agradecer à Comissão Executiva pela atenção dispensada à realização do Seminário "Região Metropolitana Urgente". Agradecer, também aos Senhores Deputados, agradecer ao Serviço de Taquigrafia, agradecer ao Cerimonial, enfim todos os funcionários da Casa que colaboraram com a realização deste Seminário "Região Metropolitana de Curitiba Urgente".

Faço um breve relato aos Senhores Deputados de que tivemos pleno êxito na realização deste Seminário, porque participaram palestristas importantes, como Jorge Wilhelm, de São Paulo; como Newton Baggio, de Porto Alegre; como o Prefeito Jaime Lerner, de Curitiba; como Claude Herim, da Universidade de Lille, da França; como outros participantes importantes daqui de Curitiba e da Região Metropolitana.

Na oportunidade, também, formaram-se

Curitiba, segunda, em 13.05.91

quatro blocos de trabalho, presididos pelo Deputado Nelson Justus, Deputado Algaci Túlio, Deputado Cleiton Crisóstomo da Silva e Deputado Geraldo Cartário.

Também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao encerrar este Seminário, tivemos a informação de um Bloco Parlamentar que ficará trabalhando para os interesses da Região Metropolitana de Curitiba, como um todo. Ficou também resolvido no Seminário, que no dia vinte e quatro próximo haverá um novo encontro, na Assembléia Legislativa, para darmos continuidade aos trabalhos do encontro, onde formou-se um grupo de 120 técnicos do Governo, da iniciativa privada, das Prefeituras, para discutir e debater os interesses da Região Metropolitana de Curitiba.

Neste bloco parlamentar, naturalmente, esperamos a adesão de outros Deputados eleitos pela Região Metropolitana de Curitiba, ou aqueles que tiveram votos na Região Metropolitana e que desejam ajudar o desenvolvimento integrado desta região. Sabemos que os interesses, as dificuldades e os problemas são grandes e que a região metropolitana precisa integrar-se, desenvolver-se de forma integrada, de forma conjunta, dadas as grandes dificuldades que encontra na área do saneamento básico, na área da saúde, na área do transporte coletivo, na área da habitação, enfim, são inúmeros os problemas que tem a Região Metropolitana de Curitiba, porque afinal aqui vivem e moram dois milhões e meio de paranaenses. Este tema "Aglomeração Urbana", este tema "Região Metropolitana de Curitiba" deve ser um tema de preocupação de todos nós.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, muito obrigado pelas suas atenções.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos à Liderança do PL se deseja fazer uso da palavra. Concedemos a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na última quinta-feira ocupei esta tribuna para denunciar ao Paraná uma atitude irresponsável do Senhor Prefeito Municipal de Apucarana. E hoje, cumprindo o que havia dito naquela oportunidade, quero que conste nos Anais desta Casa, as notas oficiais distribuídas pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Arapongas e pelas entidades de classe daquele Município. (Lê):

"O Tribunal de Justiça do Paraná e o Supremo Tribunal Federal já se pronunciaram sobre a questão em cujas decisões o Município de Arapongas foi vitorioso.

Quanto às transações imobiliárias, elas podem ocorrer livremente entre cidadãos e vêm sendo tributadas normalmente naquela área, que faz parte do perímetro urbano de Arapongas.

O Município de Arapongas continuará exercendo, na plenitude, seu poder de polícia nada impedindo que ali sejam implantados projetos industriais, desde que devidamente aprovados pelos órgãos competentes da Prefeitura de Arapongas.

O Prefeito de Apucarana empolgado com o desenvolvimento de Arapongas não resistiu ao impulso de transpor os limites de seu município para vir se engajar nesse processo".

Arapongas, 9 de maio de 1991.

Dr. ANTONIO GRASSANO JUNIOR

Prefeito

(Folha de Londrina)

#### NOTA OFICIAL

NOTA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARAPONGAS, AFMAR - Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Arapongas, Associação Comercial e Industrial de Arapongas, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário de Arapongas, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Arapongas, Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Arrumadores de Arapongas, Sindicatos dos Servidores Públicos de Arapongas, Associação de Sui-nocultores de Arapongas e Região, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapongas, Sindicato Rural de Arapongas e SIMA - Sindicato dos Moveleiros de Arapongas.

Os signatários deste documento, no exercício de sua representação, comparecem publicamente, para se manifestar sobre a iniciativa do Prefeito de Apucarana em adquirir lotes rurais situados no Município de Arapongas, dizendo o seguinte:

"Conforta-nos saber que até a Prefeitura de Apucarana está interessada em adquirir imóveis no Município de Arapongas. Este desejo não é tão só dos cidadãos norte-paranaenses. A sua atitude é reconhecimento público de que Arapongas é pujante, progressista. Isto é aprovado pela sua arrecadação tributária, pelo alto valor dos seus imóveis, pelo primeiro parque moveleiro do Paraná.

A sua atitude altruísta, pródiga. Soma-se aos esforços do Prefeito e do povo de Arapongas na iniciativa de impulsionar ainda mais o desenvolvimento local.

E o que mais importa, para nós, em seu ato, é que a sua iniciativa se dá depois que o Município de Apucarana foi perdedor de demanda judicial em que reivindicava a posse da área que acaba de adquirir (vide decisão do Tribunal de Justiça do Paraná e do Supremo Tribunal Federal). Quer dizer,

investe em terreno que pertence à jurisdição de Arapongas. Sobre ele nosso Município tem o Poder de Polícia, o direito, também, de receber os impostos que porventura possam ser gerados pela implantação de indústrias naquela área.

Por tudo isso somos gratos ao Prefeito de Apucarana. Esperamos que os contribuintes e cidadãos do seu Município sejam generosos com esse seu gesto, porque, afinal são eles que estão pagando a conta".

Londrina, sexta-feira, 10/5/91 - Pág. 3  
(Os requerimentos n.ºs 1035 e 1036 encontram-se publicados no Expediente).

Eram estas as solicitações, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, que tínhamos que fazer nesta tarde para que, de uma vez por todas, fique esclarecido o problema criado pelo Sr. Prefeito Municipal de Apucarana que, segundo a imprensa de sua cidade, é o novo "Saddam Hussein", querendo invadir territórios que não são da sua área e criando um fato novo: perturbar a vida de um município que quer apenas trabalhar, produzir e ajudar no progresso deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra em Plenário a presença do ilustre Deputado Luciano Pizzatto, após uma viagem ao Oriente Médio.

Anuncia também a presença do Prefeito de Rio Negro, José Muller.

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Também fizemos parte do Seminário sobre a Região Metropolitana realizado na quinta é sexta-feira passada aqui, nesta Assembléia. Se na semana anterior houve críticas à esta Casa, pelo fato de fechar as suas portas por dois dias de função do feriado de primeiro de Maio, na semana seguinte esta Casa mostrou a vontade dos Srs. Parlamentares em trabalhar. Em quatro dias da semana tivemos dois Seminários na Assembléia.

O primeiro foi o Seminário com relação a situação do Ensino Superior no Estado do Paraná. A situação de nossas Universidades, a situação da Universidade Federal do Paraná, com a presença de altas autoridades ligadas ao mundo da Educação.

Foram dois dias de muitos debates, de propostas tiradas, da qual participaram a Deputada Emília Belinati e este Deputado, como coordenadores deste Seminário.

Na quinta e na sexta-feira esta Casa também recebeu aqui um sem número de pessoas importantes preocupadas com o desenvolvimento da região Metropolitana de Cu-

ritiba. A presença aqui de inúmeros conferencistas, até em nível internacional, num seminário que foi proposto pelo Deputado Neivo Beraldin e que teve a participação de quase todos os Parlamentares desta Casa, especialmente aqueles a quem a região Metropolitana mais diz de perto: Deputado Nelson Justus, Deputado Cleiton Kielse, Deputado Geraldo Cartário, este Parlamentar, Deputado Florisvaldo Fier, enfim, outros que participaram, que tomaram presença neste fórum de debates a respeito da região metropolitana.

E criação deste Bloco Parlamentar Metropolitano é, sem dúvida alguma, de grande importância, porque nós sempre comentamos: a Região Metropolitana é, na verdade, uma região totalmente aberta a todos os que vêm a esta cidade, que vêm à Curitiba e que vêm aos municípios próximos apenas nas campanhas eleitorais; conseguem os votos, depois não aparecem mais e sobra a dificuldade, sobra a responsabilidade ora para um Deputado de Curitiba, ora para um ou outro que obteve uma determinada votação nessa região. E aí ela não tem o seu comando político. Então, a criação deste Bloco Parlamentar Metropolitano em boa hora se cria nesta Casa e temos certeza absoluta de que o Senhor Governador do Estado, se outros não souberam respeitar a Região Metropolitana, Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, diante da força apresentada neste fórum de debates, diante da criação deste Bloco Parlamentar Metropolitano, haverá, sem dúvida alguma, ele que já foi Secretário de Estado, que já foi Prefeito da Capital do Estado, de respeitar a posição deste Bloco, saberá dar respostas aos pedidos que a ele forem levados, porque afinal de contas, a Região Metropolitana de Curitiba, como já disse o Deputado Neivo Beraldin, é uma região bastante carente, especialmente da força política.

Ao mesmo tempo em que cumprimento o Deputado Neivo Beraldin e aqueles que participaram mais diretamente deste Seminário, também dou entrada nesta Casa de um projeto de lei que:

**SÚMULA:** Institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

É a velha e já surrada meia-entrada, que não existe mais neste País, e que nós queremos que ela retorne para possibilitar aos nossos estudantes as condições de poder frequentar com mais facilidade as atividades artísticas. (Lê):

MÉRITO

"O caminho para o desenvolvimento seguro e transformação da realidade injusta que penaliza a maioria da população brasileira não tem atalhos: passa, obrigatoriamente, pela construção de uma consciência coletiva crítica e solidária.

Num País de cento e cinquenta milhões de habitantes aproximadamente a metade da população não sabe ler e escrever. Os veículos de informação, os meios de transmissão da cultura estão ao alcance de uma elite. Corremos o risco de marchar para o terceiro milênio com uma legião de desafortunados, não apenas nas questões de natureza econômica, mas principalmente, de cunho social e cultural.

A cultura - transformação da natureza pelo homem ironicamente tem sido roubada desse homem. Tem sido roubada, principalmente, às novas gerações, latentes do conhecimento universalmente acumulado e impotentes diante da distância que as separa do cinema, do teatro, das letras, do desporto... da arte.

Se a Constituição reafirmou que a cultura é direito de todos e nem poderia ser diferente há a necessidade de criar os meios de efetivação desse direito.

Cultura não tem preço! - a máxima ouvida em todo o mundo, encontra antagonismos bem peculiares no Brasil, onde um salário-mínimo é insuficiente para o feijão e o pão que dirá para as letras e as gravuras!

O país que quer se redescobrir, reencontrar-se, tem que fazê-lo a partir da satisfação de seus compromissos mais elementares com a população, como o direito de conhecer a história, de humanizar-se, de apropriar-se do saber e dispor de meios para informação e formação da consciência crítica.

A meia entrada é oportunidade real de efetivarmos o acesso garantido pela Constituição da população aos meios de cultura.

A meia entrada uma tradição da vida estudantil, conquistada pela mobilização de um dos segmentos mais importantes da sociedade brasileira foi banida, dentre outros motivos, pela falta de controle sobre a emissão das carteiras, o que possibilitava fraude.

O projeto é cuidadoso em prevenir ações que visem deturpar seus objetivos originais. Há que considerar, ainda, a atuação das entidades representativas do conjunto dos estudantes brasileiros, cuja atuação em favor desta conquista, impõe um dever solidário de fiscalização.

Por outro lado, é preciso ressaltar, que na situação difícil porque passa o país, não raramente as casas de espetáculos, shows e divertimentos, têm restado

com muitos lugares vazios, certamente bem ocupados por estudantes ávidos de saber, caso a proposição se torne lei.

Confiamos na compreensão dos bons propósitos deste projeto resultante da análise crítica cuidadosa, do discernimento e da consciência histórico-política dos senhores parlamentares, forjados no contato íntimo com esta cultura que se quer compartilhar democraticamente com nossas novas gerações.

São nossas razões para o presente projeto.

É nesse sentido, que dou entrada nesta Casa deste projeto de lei, baseado principalmente, cuidadosamente no que diz a Constituição Federal e no que diz também a nossa Constituição.

Por isso está sendo dado entrada hoje nesta Casa, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN com a palavra.

(Declina).

PSDB com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

#### ORDEN DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/91, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA/Of. n° 21/91, que cria no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 03 (três) cargos de provimento em comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. ao SUBSTITUTIVO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado João Iensen, com apoio dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, José Tavares, Cleiton Kielse e Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do

Dia por 20 (vinte) sessões, do Projeto de Lei n° 106/91. Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei n° 106/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 119/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Cultural e Educacional SAMAE AUN WEOR - FUNDASAW", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 31, de 09.04.91)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 119/91

PARECER:

Autor: Deputado Algaci Túlio

O Ilustre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa declarar de Utilidade Pública a "Fundação Cultural e Educacional Samael Aun Weor - FUNDASAW", na cidade de Curitiba.

Analizada a matéria em seu aspecto legal, encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994 de 19 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente projeto nesta Casa de Leis.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 137/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública Estadual o "Centro de Jardinagem e Arte Floral do Paraná - CEJARTE". Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 37, de 16.04.91.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 137/91

PARECER:

O Projeto de Lei, ora examinado por esta Comissão, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, declara de Utilidade Pública o "CENTRO DE JARDINAGEM E ARTE FLORAL DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n° 6.994, de 10

de janeiro de 1978, a qual define as normas para as entidades que pretendem tal benefício.

A justificativa ora apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razão pela qual emitimos nosso parecer FAVORÁVEL, pela aprovação da matéria ora em pauta.

Sala das Sessões, em 06.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 144/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 17/91), que concede, a partir de 1° de abril de 1991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre salários e vantagens permanentes percebidos em março de 1991, aos servidores das entidades da Administração Indireta que especificam. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Com EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.F.. (Publ. no D. A. n° 40, de 22.04.91)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 144/91

P A R E C E R:

Através da Mensagem n° 17/91, convertida em Projeto de Lei, que recebeu o n° 144/91, nesta Assembléia Legislativa, o Poder Executivo propõe um abono de 40% (quarenta por cento) aos servidores da Administração Indireta, a seguir nominadas:

I - Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR;

II - Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR;

III - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF;

IV - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edson Vieira;

V - Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Sob os aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão, não fere qualquer dispositivo, podendo ser levado à discussão em Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 144/91

P A R E C E R:

O Poder Executivo, através da Mensagem

Curitiba, segunda, em 13.05.91

n° 17/91, convertido em Projeto de Lei n° 144/91, propõe aos servidores da FAMEPAR, IAPAR, ITCF, IPARDES e Fundação Rádio e Televisão do Paraná, entidades da Administração Indireta, um abono de 40% (quarenta por cento), incidente sobre os salários e vencimentos percebidos em março de 1991, para vigorar até a próxima revisão de vencimentos.

A proposta do Poder Executivo objetiva restaurar distorções geradas ao longo de muitos anos, e particularmente por não terem, esses servidores das entidades sobre mencionadas, sido contemplados pelos benefícios da Lei n° 9.547/91.

Pelo mérito, deve ser integralmente acolhido.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 144/91

EMENDA SUBSTITUTIVA

O Projeto de Lei n° 144/91, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Fica concedido, a partir de 1° de abril de 1991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre os salários e vantagens permanentes percebidos em março de 1991, aos servidores das entidades da Administração Indireta a seguir indicadas:

I - Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR;

II - Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR;

III - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF;

IV - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edson Vieira;

V - Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Parágrafo Único - O abono de que trata este artigo, vigorará até que sejam revisados os vencimentos dos servidores das entidades nominadas e serão considerados para efeito de quaisquer revisões salariais.

Art. 2° - A Entidade de que trata o inciso II do Artigo 1° da presente Lei, o abono de 40% (quarenta por cento), será sobre o montante da folha de pagamento de salários e vantagens permanentes percebidos em março de 1991.

§ 1° - A Entidade de que trata este artigo, elaborará a respectiva tabela de abono, conforme critérios que visem corrigir distorções, beneficiando os servidores de menores salários.



§ 2º - Os acréscimos resultantes do disposto neste artigo vigorarão como abono, até que sejam revistos os vencimentos dos servidores das entidades em questão e serão considerados para efeito de quaisquer revisões salariais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 1991.

Sala das Comissões, em 08.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Apoiamento: Colombino Grassano

Emília Belinati

Plauto Miró Guimarães

Mário Bezerra.

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo Estadual acaba de encaminhar uma proposta de ABONO SALARIAL, como medida emergencial para correção das distorções que ocorrem em entidades estaduais da Administração Direta, Autarquia e Fundacional.

No caso específico do IAPAR, esta Fundação vem passando por defasagens salariais decorrentes de efeitos acumulados ao longo de vários anos. Tais defasagens têm sido amplamente debatidas junto à comunidade política e usuária, através do movimento "SOS-IAPAR" e também bastante difundida através da imprensa estadual. A constatação desta defasagem foi feita inclusive "in loco" por uma Comissão integrada por representantes desta Assembléia Legislativa e foi reconhecida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sensível a esta situação preocupante, vem o Governo Estadual, em boa hora, propor a medida emergencial na forma de abono salarial, destina a repor parte das perdas existentes, sem comprometer o equilíbrio financeiro do Tesouro Estadual.

Da forma como foi proposta, porém, através da Mensagem nº 17/91, a aplicação de um índice equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre os salários e vantagens percebidas pelos servidores em março de 1991, poderá acarretar sérias distorções perante os Planos de Cargos e Salários vigentes, no IAPAR e demais instituições atendidas pela Mensagem. Ou seja, servidores enquadrados no mesmo piso salarial, mas com tempo de serviço diferentes, serão equiparados através de um mesmo valor salarial, em função dos pisos salariais de distintas categorias regidos por legislação específica.

Se, porém, o mesmo montante de recursos financeiros for aplicado sobre a folha de pagamento de salário, relativa ao mês

de março de 1991, a defasagem salarial será minimizada por um critério mais justo, à medida em que a administração de cada instituição poderá proceder a distinção dos percentuais relativos a cada servidor.

Por tal razão, é proposta a presente Emenda Substitutiva, como forma de aprimorar a medida proposta pelo Governo Estadual, sem implicar em maiores distorções de política salarial, no contexto das instituições beneficiadas.

Ressalta-se mais uma vez, que a modificação pretendida não irá alterar os valores globais estimados para o pagamento do abono proposto.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário, em número de 02 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI Nº 144/91

##### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 144/91, o seguinte artigo:

"Art. ... - Os dias parados, como parte do movimento dos servidores das Fundações Universitárias do Estado do Paraná, serão pagos até o dia 30 de maio de 1991.

Parágrafo Único - A reposição dos dias parados será feita mediante calendário estabelecido pelas Fundações."

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Ademar Traiano

Luiz Carlos Alborghetti

##### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Acrescente-se ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 144/91, o inciso VI, com a seguinte redação:

"VI - Fundações Universitárias do Estado do Paraná."

Sala das Sessões, em 13.05.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Ademar Traiano

Luiz Carlos Alborghetti

Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para en-

caminhar a votação.

O DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Tal Projeto de Lei, de iniciativa do PODER EXECUTIVO, concede abono de 40% para os funcionários da FAMEPAR, IAPAR, ITCF, IPARDES e Fundação Rádio e TV. Na mensagem enviada para esta Casa de Leis, escreve o Senhor Governador que a perda salarial e as distorções salariais foram geradas ao longo de muitos anos e ainda reconhece o Senhor Governador que o resgate da credibilidade da função pública com a consequente recuperação da qualidade do serviço que o Estado presta à sociedade, depende dessa recuperação da defasagem salarial. Reconhece o Senhor Governador essas perdas salariais, mas reconhece-as sem entrar no detalhe do montante do quanto significa esta perda salarial. E queremos chamar a atenção que a perda salarial que diz o Senhor Governador "ser ao longo dos anos", nós queremos nos ater ao longo dos últimos quatro anos, que não é tão longo assim, que é da própria administração do PMDB, do próprio Governador Álvaro Dias e, portanto, do próprio Governador Roberto Requião, uma vez que Álvaro o fez seu sucessor.

As instituições de ensino superior tiveram uma perda salarial de 87 a 91, de 451%, Senhores Deputados. Não é 10%, não é 20%. Significa levar praticamente à miséria trabalhadores que ganhavam 451% a mais. Só da data base para cá, de setembro de 90 a abril de 91, significa uma perda de 158%.

Os trabalhadores do IAPAR, IPARDES, FAMEPAR e EMATER, tiveram, de julho de 87 a fevereiro de 91, uma perda de 355%. Esta é a política salarial do PMDB, que a nível nacional faz oposição ao achatamento salarial imposto pela política econômica do Governo Collor; mas antes de Collor, o PMDB já contribuía muito com o achatamento salarial. Contribuía tanto, que as instituições de ensino superior, que hoje teriam direito a 35%, que representa as disposições da Medida Provisória 295 do Governo Federal, não estão sendo cumpridas pelo próprio Governo do Estado. Não cumpre a Lei Federal, impõe achatamento no Estado e remete para esta Casa de Leis simplesmente 40% dentro de todo o autoritarismo que lhe é cabível e exagerando o máximo possível.

Roberto Requião não atende às reivindicações dos trabalhadores, nem no sentido de receber para uma audiência para poder discutir essas perdas salariais. Podem me dizer alguns representantes e defensores do Governo de que isso é o início e que Requião vai recuperar essas perdas salariais.

Se um Governador, no papel de patrão, em que ele se encontra, deseja recuperar essas perdas salariais, que receba os representantes dos trabalhadores e, junto com eles, discuta uma política coerente e de reposição dessas perdas ao longo destes quatro anos de Governo. Ao contrário disso, Requião autoritariamente não recebe nenhum dos trabalhadores, nenhum dos representantes dos servidores desses setores para negociar.

Pensa Requião que 40% é suficiente para resolver a questão do grande achatamento salarial. Para quem tem perda de 451%, 40% deve ser um prato de comida ou talvez um pouquinho mais nesse salário.

E mais: dizia o Governador que, assim que os trabalhadores das Universidades voltassem ao trabalho, ele negociaria e procuraria fazer uma proposta. Não o fez, não os recebeu para negociar e não contempla nesta mensagem do Senhor Governador de nº 17/91, as reivindicações desses trabalhadores.

Nesse sentido, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, apresenta uma Emenda, estendendo aos setores das instituições de Ensino Superior, esse também 40%, que eu acho que significa um prato de comida a mais para quem está definhando pelo massacre do poder econômico e pelo achatamento salarial.

Também nós, do Partido dos Trabalhadores, apresentamos uma outra Emenda, que visa corrigir mais uma distorção. O Governador cortou os salários desses trabalhadores e não propôs absolutamente nada. Nós, do PT, estamos apresentando uma Emenda que, até dia 30 de maio o Governador pague esses salários e que as fundações apresentem calendário de reposição dessas aulas, ou seja, não é para pagar para não trabalhar, mas sim terá a reposição das aulas.

Exige o calendário escolar que se tenha certa quantidade de dias letivos e se esses dias não se concretizarem, serão reprovados esses alunos. Quem não quer a reposição de aulas é o Governador Requião. Para quê? Para se ter a reprovação de todos esses alunos das Universidades. Se não tiver os dias letivos completos, não serão aprovados. Então, a intenção de Requião não é só o massacre salarial e econômico, é também fazer com que esses estudantes das Universidades percam esse ano letivo.

Estou fazendo encaminhamento de votação. Parece que, pelo Regimento Interno - consulto à Mesa - não é permitido aparte. Não é permitido aparte, Deputado Paulo Maia, mas quero dizer, pela intenção, que o Deputado Paulo Maia concorda com as propostas que estamos trazendo e se não for isso, ele provavelmente dirá daqui desta tribuna que não concorda, e que se coloca

ao lado também desses trabalhadores e pode encaminhar a votação, estando aberto para eles.

Agradeço a atenção dos Senhores Deputados e queremos, para concluir, dizer que o Partido dos Trabalhadores é contra o achatamento salarial, é contra o autoritarismo do Senhor Governador, e a razão de votar nesse abono, é para que esses trabalhadores não morram de fome o mais rápido possível, que é o que está querendo o Governador.

Nós estaremos na luta com esses trabalhadores e defendendo os interesses dos mesmos.

Obrigado.

O SR. PAULO MAIA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obviamente eu me somo ao Deputado Florisvaldo Fier quando coloca essa preocupação com esse Projeto de Lei que trata de 40% a um determinado segmento do funcionalismo público.

Eu só queria acrescentar aqui, à falação do Deputado Florisvaldo Fier, que inclusive, esse Projeto de Lei não trata de reajustes e sim de um abono e, lamentavelmente, o abono não se incorpora a salários e às demais vantagens desses funcionários públicos. Lamentavelmente, isso como Vossa Excelência colocou muito bem, vai representar muito pouco a quem tem uma perda muito significativa, como têm os funcionários desse segmento dos funcionários públicos.

Preocupa-me neste momento, quando recebemos uma mensagem desta natureza, que, semana passada, este Parlamento rejeitou, não por maioria - nós votamos aqui em 14 Deputados - pelo encaminhamento de proposta das Universidades que, inclusive, tratavam de matéria com relação à reivindicação apenas das Universidades naquela oportunidade; e nós as enviaríamos ao Governo para que ele estudasse a respeito daquilo e não desse o seu atendimento. Obviamente, aquilo lá representou um grande desrespeito por parte de grande parte dos representantes do povo nesta Casa, que, ao invés de se somarem a esta preocupação, simplesmente rejeitaram a matéria pelo desejo de rejeitar.

O que nos preocupa, é o fato de que, aprovando o abono, e aqui está claro nesta mensagem, que isto representará descontos futuros e não sabemos quando, se dará a nível de reajustes salariais. Então, nós vemos com preocupação, porque estamos ven-

do hoje e também a partir de hoje, na região de Londrina é em outras regiões do Paraná, quando este Parlamento podia ter amenizado o problema do encaminhamento das propostas do "Fórum de Educação de Terceiro Grau", ao Governo do Estado, nós estamos sabendo que hoje, em várias regiões do Paraná, os estudantes das Universidades e das Escolas Estaduais do Paraná, os estudantes estão se levantando em movimento para virem, inclusive, a este Parlamento, para protestar contra o sucateamento, contra as condições em que se encontra a educação de Terceiro Grau do Estado do Paraná.

Tudo isto é lamentável. Por quê? Porque parte deste Parlamento participou do "Forum" que debatia as propostas com relação a uma solução para Educação de Terceiro Grau. Na hora deste Parlamento, por unanimidade, referendar o envio daquelas mensagens ao Senhor Governador, para que as estudasse, lamentavelmente este Parlamento simplesmente as rejeitou pelo desejo de rejeitar.

Então, queríamos apenas registrar aqui a nossa preocupação também. Não há necessidade de se fazer menção ou demagogia, porque essa proposta trata apenas do abono e não do reajuste que, temos certeza, vai amenizar, mas não resolverá o problema do tão sofrido funcionário público do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Aprovado.

Há várias emendas ao projeto. Retorna às Comissões competentes, pelo prazo de 48 horas, para apreciação das emendas. De acordo com o Regimento Interno, devem ser conclusivas.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1024, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1016, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1017, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1029, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado.

Com a substituição da palavra instalada, eu acho que esta Comissão não foi criada, instituída.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu ia solicitar esclarecimentos sobre o requerimento do Deputado

Rafael Greca e, infelizmente, o microfone não funcionou e Vossa Excelência não atendeu.

Eu apenas gostaria de saber a data em que foi requerida a Sessão Solene e se ela coincide com qual dia da semana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A data é 21 de junho; o dia da semana, o Deputado Rafael Greca...

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de levar este requerimento à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Matéria vencida.

Requerimento de n° 1030, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1035, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O requerimento será encaminhado ao Presidente do Instituto através do Secretário de Estado respectivo.

Requerimento de n° 1036, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1000, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1013, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1014, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1015, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1018, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1023, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1037, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1019 a 1022, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia,

constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1025 a 1027, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1031 a 1034, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1005, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, com apoio do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Por se tratar de requerimentos com sua discussão adiada, eu pediria que a leitura fosse com uma voz mais alta, estou um pouco resfriado e estou com dificuldade de ouvir, para que a gente possa situar bem o requerimento que está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai pedir ao Senhor 1° Secretário, que tem voz mais audível, para que proceda à leitura do cabeçalho do requerimento.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - (lê): "Requer envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, para que seja criada a região do Médio Noroeste do Estado do Paraná."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu solicito verificação de votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Se eu entendi, é o mesmo caso que agora há pouco, que se deu com o meu companheiro de bancada Ernani Pudell, que quando foi levantar a questão, já tinha sido votado e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. É que o Deputado Ernani Pudell não requereu verificação de votação na hora e no momento oportuno. Já o Deputado Orlando Pessuti, embora um pouco surdo, é mais vivo.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento.

16 (dezesseis) aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

18 Deputados a favor.

18 Deputados contra.

Voto de minerva a favor do requerimento.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro

Curitiba, segunda, em 13.05.91

Pág. 25

encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n°

126/91.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 119/91, 137/91 e 139/91.

Levanta-se a sessão.